

O "cisma do Pacífico"

Por José Luís Fiori

Valor Econômico, 23.1.2013.

Os quatro membros da "nova aliança" já tinham assinado acordos prévios de livre-comércio com os EUA

*"O Brasil era naturalmente líder, hoje a coisa é muito complicada. O continente se dividiu, há o "Arco do Pacífico"... Então de alguma maneira perdemos nossa relevância política no continente que era inconteste. Nunca chegamos a pensar uma negociação a fundo com os EUA, sempre tivemos medo". F. H. Cardoso, **Valor**, 30/11/12*

Na história do desenvolvimento sul-americano - depois da Segunda Guerra Mundial - o projeto de integração do continente nunca foi uma política de Estado, indo e vindo através do tempo, como se fosse uma utopia "sazonal", que se fortalece ou enfraquece dependendo das flutuações da economia mundial e das mudanças de governo, dentro da própria América do Sul. Durante a primeira década do século XXI, os novos governos de esquerda do continente, somados ao crescimento generalizado da economia mundial - entre 2001 e 2008 - reavivaram e fortaleceram o projeto integracionista, em particular o Mercosul, liderado pelo Brasil e pela Argentina. Depois da crise de 2008, entretanto, esse cenário mudou: a América do Sul recuperou-se rapidamente, puxada pelo crescimento chinês, mas esse sucesso de curto prazo trouxe de volta e vem aprofundando algumas características seculares da economia sul-americana, que sempre obstaculizaram e dificultaram o projeto de integração, como seja, o fato de ser uma somatória de economias primário-exportadoras paralelas, e orientadas pelos mercados externos.

Essa situação de desaceleração ou impasse do "projeto brasileiro" de integração sul-americana, explica, em parte, o entusiasmo da grande imprensa econômica internacional, e o sucesso entre os ideólogos liberais latino-americanos, da nova "Aliança do Pacífico", bloco comercial competidor do Mercosul, inaugurado pela "Declaração de Lima", de abril de 2011, e sacramentado pelo "Acordo Marco de Antofagasta", assinado em junho de 2012, pelo Peru, Chile, Colômbia e México. Quatro países com economias exportadoras de petróleo ou minérios, e adeptos do livre-comércio e das políticas econômicas ortodoxas. O entusiasmo ideológico, ou geopolítico, entretanto, encobre - às vezes - alguns fatos e dados elementares.

O primeiro é que os quatro membros da "nova aliança" já tinham assinado acordos prévios de livre-comércio com os EUA e com um grande número de países asiáticos. O segundo e mais importante é que o México pertence geograficamente à América do Norte, e desde sua incorporação ao Nafta, em 1994, se transformou num pedaço inseparável da economia americana e no território ocupado pela guerra entre os grandes cartéis da droga que fornecem a cocaína da sociedade americana, que vem, em boa parte, exatamente do Peru e da Colômbia.

Em terceiro lugar, os três países sul-americanos que fazem parte do novo bloco, têm territórios isolados por montanhas e florestas tropicais e são pequenas ou médias economias costeiras e de exportação, com escassíssimo relacionamento comercial entre si, ou com o México. O Chile é o único desses três países, que possui um clima temperado e terras produtivas, mas é um dos países mais isolados do mundo, e é quase irrelevante para a economia sul-americana. A soma do produto interno bruto dos três, é de cerca de U\$ 800 bilhões, menos de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e menos de um quarto do PIB do Mercosul. Além disso, o crescimento econômico recente do Chile, Peru e Colômbia foi quase igual ao do Equador e Bolívia, que também são andinos, não pertencem ao novo bloco, se opõem às políticas e reformas neoliberais, e devem ingressar brevemente no Mercosul, como aconteceu com a Venezuela.

Concluindo, se pode dizer com toda certeza que esse "cisma do Pacífico" tem mais importância ideológica do que econômica, dentro da América do Sul, e seria quase insignificante politicamente se não fosse pelo fato de se tratar de uma pequena fatia do projeto Obama de criação da "Trans-Pacific Economic Partnership" (TPP), peça central da sua política de reafirmação do poder econômico e militar americano na região do Pacífico. Desde 2010 o presidente Barack Obama vem insistindo na tecla de que os EUA são uma "nação do Pacífico" que se propõe exercer um papel central e de longo prazo no controle geopolítico e econômico dos dois lados do Pacífico, no Oceano Índico e no sul da Ásia.

Nesse sentido, é preciso ter claro que a inclusão do Brasil nesse novo "arco do Pacífico", implica numa opção pela condição de "periferia de luxo" do sistema econômico mundial, e também significa, em última instância, apoiar e participar da estratégia americana de poder global, e ao mesmo tempo, de uma disputa regional, entre os EUA, o Japão e a China, pela hegemonia do leste asiático e do Pacífico Sul. Segundo o Foreign Affairs, "if the negotiations be fruit, the TPP will add billions to the U.S. economy and solidify Washington's political, financial, and military commitment to the Pacific for decades to come." (july/august 2012; p.22)